

LUIZ GUILHERME **MARINONI**

TUTELA  
INIBITÓRIA  
E TUTELA DE  
REMOÇÃO  
DO ILÍCITO

7ª EDIÇÃO

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS  
TRIBUNAIS™**

*Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais*

**JULIANA MAYUMI ONO**

*Gerente de Conteúdo*

**MILISA CRISTINE ROMERA**

*Editorial:* Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo e Marcella Pâmela da Costa Silva

*Gerente de Conteúdo Tax:* Vanessa Miranda de M. Pereira

*Direitos Autorais:* Viviane M. C. Carmezim

*Assistente Editorial:* Francisca Lucélia Carvalho de Sena

*Analista de Projetos:* Camilla Dantara Ventura

*Produção Editorial*

*Coordenação*

**ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES**

*Especialistas Editoriais:* Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

*Analista de Projetos:* Larissa Gonçalves de Moura

*Analistas de Operações Editoriais:* Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patrícia Melhado Navarra

*Analistas de Qualidade Editorial:* Carina Xavier, Fernanda Lessa, Leonardo Rocha e Rafael Ribeiro

*Estagárias:* Beatriz Fialho e Diene Ellen

*Capa:* Chrisley Figueiredo

*Adaptação de capa:* WK Editoração

*Controle de Qualidade da Diagramação:* Carla Lemos

*Equipe de Conteúdo Digital*

*Coordenação*

**MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO**

*Analistas:* Ana Paula Cavalcanti, Jonatan Souza, Luciano Guimarães e Maria Cristina Lopes Araujo

*Administrativo e Produção Gráfica*

*Coordenação*

**MAURICIO ALVES MONTE**

*Analista de Produção Gráfica:* Aline Ferrarezi Regis

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Marinoni, Luiz Guilherme

Tutela Inibitória e Tutela de Remoção do Ilícito / Luiz Guilherme Marinoni. --  
7 ed. rev., atual. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2019.

Bibliografia

ISBN 978-85-5321-661-1

1. Processo civil -- Brasil 2. Tutela jurisdicional -- Brasil I. Título.

19-27449

CDU-347.922.33(81)

**Índices para catálogo sistemático:** 1. Brasil : Tutela inibitória : Processo civil 347.922.33(81)  
Iolanda Rodrigues Biode – Bibliotecária - CRB-8/10014

TUTELA INIBITÓRIA E TUTELA DE REMOÇÃO DO ILÍCITO

LUIZ GUILHERME MARINONI

7ª edição revista e atualizada

© desta edição [2019]

**THOMSON REUTERS BRASIL CONTEÚDO E TECNOLOGIA LTDA.**

JULIANA MAYUMI ONO  
*Diretora responsável*

Visite nosso site: [www.rt.com.br](http://www.rt.com.br)

Rua do Bosque, 820 – Barra Funda  
Tel. 11 3613.8400 – Fax 11 3613.8450  
CEP 01136-000 – São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

O autor goza da mais ampla liberdade de opinião e de crítica, cabendo-lhe a responsabilidade das ideias e dos conceitos emitidos em seu trabalho.

CENTRAL DE RELACIONAMENTO THOMSON REUTERS SELO REVISTA DOS TRIBUNAIS

(atendimento, em dias úteis, das 09h às 18h)

Tel. 0800-702-2433

*e-mail* de atendimento ao consumidor: [sacrt@thomsonreuters.com](mailto:sacrt@thomsonreuters.com)

*e-mail* para submissão dos originais: [aval.livro@thomsonreuters.com](mailto:aval.livro@thomsonreuters.com)

Conheça mais sobre Thomson Reuters: [www.thomsonreuters.com.br](http://www.thomsonreuters.com.br)

Acesse o nosso *eComm*

[www.livrariart.com.br](http://www.livrariart.com.br)

Impresso no Brasil [07-2019]

Profissional

Fechamento desta edição: [17.06.2019]



EDITORA AFILIADA

ISBN 978-85-5321-661-1

1153285

## SUMÁRIO

1. A TUTELA CONTRA O ILÍCITO (INIBITÓRIA E DE REMOÇÃO) NO CPC DE 2015.....	11
2. A TUTELA JURISDICIONAL DIANTE DA DISSOCIAÇÃO ENTRE ATO CONTRÁRIO AO DIREITO E DANO.....	13
2.1 A tutela ressarcitória pelo equivalente como resposta de um Estado não preocupado em garantir a integridade dos direitos.....	13
2.2 Primeiros passos em torno do fundamento da tutela contra o ilícito .....	15
2.3 A abordagem da tutela contra a concorrência desleal.....	17
2.4 A proteção normativa aos direitos fundamentais .....	20
2.5 Tutela inibitória de ilícito e tutela de remoção dos efeitos concretos derivados da conduta ilícita .....	20
2.6 A tutela contra o ilícito e a culpa e o dolo .....	24
3. A TUTELA CONTRA O ILÍCITO DIANTE DAS TUTELAS DECLARATÓRIA E CAUTELAR E DA CONDENAÇÃO PARA O FUTURO.....	27
3.1 A incompatibilidade entre o processo civil permeado pelos valores do direito liberal clássico e a tutela contra o ilícito (ato contrário ao direito).....	27
3.2 Tutela inibitória e tutela declaratória .....	29
3.3 Tutela contra o ilícito e tutela cautelar .....	31
3.4 Tutela inibitória e condenação para o futuro .....	44
4. FUNDAMENTOS E ASPECTOS ESTRUTURAIS E FUNCIONAIS DAS TUTELAS INIBITÓRIA E DE REMOÇÃO DO ILÍCITO .....	49
4.1 Princípio geral de prevenção e tutela inibitória.....	49

4.2	O direito à atuação da norma como fundamento da tutela jurisdicional contra o ilícito .....	56
4.3	Direito à tutela contra o ilícito e direito fundamental à preordenação das técnicas processuais necessárias para o seu alcance .....	56
4.4	Tutela inibitória diante da ameaça da prática, da repetição e da continuação do ilícito .....	59
4.5	Tutela inibitória negativa e tutela inibitória positiva .....	62
4.6	Tutela inibitória que impõe fazer fungível.....	66
4.7	A plasticidade da tutela inibitória e os limites para a imposição do fazer e do não fazer.....	69
4.7.1	Breve observação inicial.....	69
4.7.2	Os princípios do meio idôneo e da menor restrição possível como vetores para o adequado uso da tutela inibitória.....	69
4.8	A fungibilidade da tutela inibitória .....	74
4.8.1	Breves observações sobre o princípio da congruência entre o pedido e a sentença .....	74
4.8.2	Os arts. 497 e 536 do CPC e 84 do CDC como exceções ao princípio de que a sentença deve ficar adstrita ao pedido ...	75
4.8.3	A sub-rogação de uma obrigação em outra para a obtenção da tutela específica ou do resultado prático equivalente ao do adimplemento.....	75
4.8.4	O poder decisório do juiz e o princípio da efetividade.....	78
4.8.5	O poder decisório do juiz e o princípio da necessidade .....	80
4.8.6	A fungibilidade da tutela inibitória reafirma a ideia da fungibilidade da tutela de segurança, que sempre esteve na base da “tutela cautelar” .....	81
4.9	O pedido de tutela inibitória e as violações de eficácia instantânea suscetíveis de repetição no tempo .....	82
4.10	A tutela inibitória diante da conduta ilícita continuada e a tutela de remoção do ilícito .....	83
4.11	Pedido de tutela inibitória e possibilidade de concessão de tutela de remoção do ilícito. A fungibilidade da tutela contra o ilícito ....	84

4.12 Tutela contra o ilícito cumulada com tutela ressarcitória. O julgamento antecipado parcial do mérito como solução (art. 356 do CPC/2015).....	86
5. A TUTELA COLETIVA CONTRA O ILÍCITO .....	91
5.1 O sistema brasileiro de tutela coletiva e a tutela contra o ilícito ....	91
5.2 A problemática da tutela inibitória a partir do controle dos atos do Poder Público .....	93
5.3 A tutela inibitória em caso de omissão do Poder Público .....	98
5.4 A tutela coletiva do consumidor contra o uso de cláusulas gerais abusivas .....	105
6. A PROVA NAS AÇÕES INIBITÓRIA E DE REMOÇÃO DO ILÍCITO ...	109
6.1 Os limites da cognição judicial e da prova nas ações inibitória e de remoção do ilícito: a exclusão do dano e a discussão sobre o ilícito .....	109
6.2 “Juízo instrumental”, presunção, “juízo resultado”, “juízo provisório” e “juízo final” .....	111
6.3 O controle da admissão da prova para a demonstração do fato indiciário .....	112
6.4 A importância do senso comum para o raciocínio fundado a partir da prova indiciária .....	113
6.5 A importância do senso comum para a formação do juízo a partir da presunção.....	113
7. TUTELA ANTECIPADA INIBITÓRIA E TUTELA ANTECIPADA DE REMOÇÃO DO ILÍCITO.....	115
7.1 Primeiras considerações .....	115
7.3 Pressupostos da tutela contra o ilícito na forma antecipada .....	121
7.2 A quebra da regra da <i>nulla executio sine titulo</i> .....	115
7.4 Momento da concessão da tutela antecipada contra o ilícito.....	123
7.5 Justificação prévia e tutela antecipada contra o ilícito.....	124
7.6 A questão da irreversibilidade (art. 300, § 3.º, do CPC/2015) .....	125
7.7 A fungibilidade da tutela antecipada contra o ilícito .....	126

7.8	Modificação e revogação da tutela antecipada contra o ilícito .....	127
7.9	Sobre a possibilidade de se manter eficaz a tutela antecipada contra o ilícito no caso de sentença de improcedência .....	128
7.10	A tutela provisória e a evidente distinção entre a tutela antecipada contra o ilícito e a tutela cautelar .....	129
7.11	A estabilização da tutela antecipada contra o ilícito (art. 304 do CPC/2015).....	131
8.	AS SENTENÇAS VOLTADAS ÀS TUTELAS INIBITÓRIA E DE REMOÇÃO DO ILÍCITO.....	133
8.1	Considerações iniciais .....	133
8.2	O escopo repressivo da sentença condenatória .....	134
8.3	A sentença condenatória e a sua correlação com a execução forçada.....	140
8.4	Motivações culturais da sentença condenatória .....	144
8.4.1	O princípio <i>nemo ad factum praecise cogi potest</i> .....	144
8.4.2	A concepção liberal de jurisdição como função meramente declaratória e o seu reflexo sobre o conceito de sentença condenatória.....	157
8.4.3	A expansão do conceito de obrigação e a universalização da sentença condenatória.....	161
8.5	A natureza da sentença que se liga à coerção indireta.....	166
8.6	A sentença executiva, a tutela dos direitos reais e a tutela de remoção do ilícito.....	173
8.7	A inefetividade da sentença condenatória para a tutela dos direitos absolutos. A correlação entre a tutela inibitória e a estrutura do direito substancial: crítica.....	178
8.8	Sentenças dependentes de execução no Código de Processo Civil de 2015 .....	182
9.	TUTELA DOS DIREITOS: TUTELAS INIBITÓRIA E DE REMOÇÃO DO ILÍCITO .....	191
9.1	A relativização do binômio direito-processo e a retomada do tema da “tutela dos direitos” .....	191

9.2	A necessidade de uma classificação das tutelas .....	200
9.3	Premissas para uma classificação das tutelas à luz do direito material .....	204
9.4	As tutelas inibitória e de remoção do ilícito diante de uma classificação das tutelas .....	212
10.	A EXECUÇÃO DAS TUTELAS INIBITÓRIA E DE REMOÇÃO DO ILÍCITO .....	231
10.1	O art. 536, § 1.º do CPC de 2015 como cláusula geral executiva ...	231
10.2	A multa como meio de execução (art. 537 do CPC/2015).....	234
10.2.1	Primeiras observações .....	234
10.2.2	A cumulabilidade da multa e da indenização pelo dano .....	234
10.2.3	Critérios para a imposição da multa.....	235
10.2.4	A respeito do beneficiário da multa.....	237
10.2.5	O momento a partir do qual a multa torna-se eficaz e o momento a partir do qual a multa pode ser cobrada. O depósito do valor da multa como cautela e a possibilidade de oferecimento de caução idônea .....	239
10.2.6	A questão da modificação e exclusão da multa .....	241
10.3	O uso das medidas de coerção direta.....	242
10.4	A prisão como meio de coerção indireta para a tutela inibitória ....	244
10.5	Critérios que devem guiar a atividade executiva. A multa, a coerção direta e a prisão como meios de execução da tutela contra o ilícito .....	247
	BIBLIOGRAFIA .....	251